

## Artigo

### A violência contra mulheres e meninas

Quando eu era menina, no Chile, escutei muitas vezes um ditado popular: “Quem te ama, te incomoda”. Ele significa algo como “quem te ama, te trata mal”. Essa frase – aceita sem muitos questionamentos – hoje, por todos os motivos, se tornou o que verdadeiramente é: um silêncio cúmplice diante da violação dos direitos humanos das mulheres. No dia 25 de novembro, comemoramos o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Nas últimas décadas, testemunhamos grandes avanços: hoje, 125 países têm leis específicas que penalizam a violência doméstica, algo inimaginável há 20 anos.

O Conselho de Segurança da ONU reconheceu a violência sexual como tática de guerra deliberada e planejada. No entanto, este 25 de novembro nos encontra, novamente, distantes de nossos objetivos de que milhões de mulheres e meninas vivam livres de discriminação e violência.

Hoje, 603 milhões de mulheres e meninas vivem em países onde a violência doméstica ainda não é considerada crime. Diariamente, o femicídio assola os nossos países, em alguns sob a mais absoluta impunidade. Mais de 600 mil mulheres e meninas são traficadas através das fronteiras a cada ano, a grande maioria para fins de exploração sexual.

Propomos um programa de ação com 16 medidas concretas focadas em prevenção, proteção e provisão dos serviços públicos essenciais para proteger e erradicar a violência contra as mulheres. Isso requer liderança, leis eficazes e uma Justiça inequívoca para julgar os agressores e acabar com a impunidade.

Estamos liderando uma iniciativa global para proporcionar às mulheres e meninas o acesso universal a instâncias de apoio às vítimas, com atendimentos nas primeiras 24 horas para sua segurança e para a segurança de seus filhos e filhas, locais de acolhimento, assessoramento, apoio psicossocial e acesso a Justiça gratuita e eficaz. Homens, líderes, juízes, empresários, esposos, companheiros, filhos, irmãos e amigos têm um papel fundamental. É por meio da educação, de campanhas de sensibilização pública, de programas e políticas públicas que poderemos enfrentar com eficácia essa realidade. O empoderamento das mulheres, sua liderança e decisão não são suficientes. Nós precisamos do envolvimento de todos para deter, prevenir e tratar a violência.

A democracia, o futuro dos países, o presente de nossas famílias, a convivência das pessoas que estão próximas de nós, a educação de nossas comunidades, nossas economias e a paz no mundo são ameaçadas quando a violência se alastra diante dos nossos olhos, à vista e com a complacência de todos nós, e não somos capazes, como sociedade, de dar resposta que salve a vida das mulheres e de seus filhos.

**Michelle Bachelet** – Diretora-executiva da ONU Mulheres e foi presidente do Chile (2006-2010)

## Sindicato realiza paralisação na Super/BB contra irregularidades na mesa de crédito

Foto: Drawlio Joca



*A pressão do SEEB/CE resultou em uma negociação que garantiu o atendimento da maioria das reivindicações (pág. 3)*

- CMN determina que bancos terão que definir remuneração de correspondentes bancários (pág. 3)
- 1º Fórum da Invisibilidade Negra define combate ao racismo no Sistema Financeiro (pág. 4)
- Trabalhadores entregam abaixo-assinado e proposta de MP ao Governo por PLR sem imposto de renda (pág. 5)
- Contraf-CUT/SEEB-CE retomam negociações com o BNB no próximo dia 9/12, em Fortaleza (pág. 6)

Foto: Sec. de Imprensa – SEEB/CE



## Coral do Sindicato inicia apresentações nas agências

Com a proximidade das festas de fim de ano, o Coral do Sindicato dos Bancários do Ceará iniciou uma nova temporada de apresentações. Receberam o Coral as agências bancárias dos corredores da Av. 13 de Maio, Av. Pontes Vieira e do Centro e se tornaram palco para músicas natalinas, que envolveram clientes e bancários no clima de confraternização (pág. 2)



Natal

# Coral começa apresentações do Circuito Natalino nas agências

Fotos: Sec. de Imprensa – SEEB/CE

Com a proximidade das festas de fim de ano, o Coral do Sindicato dos Bancários do Ceará iniciou na semana passada uma nova temporada de apresentações. Receberam o Coral as agências bancárias dos corredores da Av. 13 de Maio, Av. Pontes Vieira e do Centro e se tornaram palco para músicas natalinas, que envolveram clientes e bancários no clima de confraternização.

“Apesar de ser muito novo, com quatro anos, o Coral do Sindicato já é um dos maiores do Ceará”, disse Carlos Eduardo Bezerra, presidente do Sindicato, que anunciou o projeto de estender as apresentações durante o Carnaval e o São João. “Depois de uma luta dura, de onde saímos fortalecidos para as próximas campanhas, fica esse momento de fim de ano”, completou.

Até o dia 19/12, o Coral do Sindicato deve realizar apresentações em outras agências bancárias de Fortaleza. “Fim de ano é fim de ciclo. Todo mundo vive um momento emocional muito positivo, de reflexão e confraternização. A música é um elemento que pode contribuir para que isso aconteça com mais facilidade, ou seja, para que as pessoas reflitam mais, parem para pensar e se emocionem. E o Coral, feito por pessoas que também estão sentindo a mesma coisa, ajuda nessa função”, disse o maestro Rogério Jales, regente do Coral.

**Centro** – Na quinta-feira, dia 1º/12, foi a vez das agências do Centro receberem a visita do Coral do Sindicato/Afabec. Clientes e funcionários acompanharam e aplaudiram a performance dos coralistas que cantaram melodias tradicionais como Noite Feliz, Adeser Fidelis, Louvação ao Menino Deus e Canto de Natal. A funcionária do Bradesco e diretora do Sindicato, Antônia Marques, disse que o Sindicato não é só luta, enfrentamento com os banqueiros, mas também é cultura e lazer e a música faz bem para todos.

## Próximas apresentações:

5 e 7/12: Centro.

12/12: Montese e Parangaba.

15/12: Aldeota, Santos Dumont e Barão de Studart.

19/12: UECE e Passaré.



## EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

### BB tem liminar negada pelo TRF da 1ª Região

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou liminar do Banco do Brasil que tentava revogar uma decisão do Cade. No começo de novembro, o órgão antitruste havia determinado a suspensão dos contratos de exclusividade do crédito consignado pelo BB, sob pena de multa diária de R\$ 1 milhão.

Para o advogado Vicente Bag-noli, autor da ação contra a exclusividade e que defende a Federação Interestadual dos Servidores Públicos de 12 Estados (Fesempre), a vitória preserva os princípios da livre concorrência e iniciativa. Por

meio de sua assessoria de imprensa, o BB disse que continuará a “tomar medidas judiciais cabíveis para defender seus direitos”.

O caso teve início em julho de 2010 com o pedido de medida preventiva contra o monopólio do BB. O Cade aceitou o pedido, mas o banco recorreu. Em 9 de novembro, o Conselho negou o recurso e determinou que a instituição anulasse as cláusulas de exclusividade. O banco partiu, então, para a esfera judiciária.

Entre as medidas preventivas determinadas pelo Cade estão o

fim imediato da assinatura de novos contratos com cláusula de exclusividade de consignação em pagamento, a suspensão imediata de acordos já existentes com esse tipo de cláusula e a comunicação a todos os servidores públicos com contratos de consignado sobre as medidas.

O BB terá de apresentar também, em até 20 dias, cópias de todos os contratos de exclusividade desde 2006. Segundo a Fesempre, oito estados e 40 municípios mantêm contratos de monopólio no consignado.

## DICA CULTURAL

### Orquestra Eleazar de Carvalho é atração no Teatro Dragão do Mar

Foto: Divulgação

Para quem aprecia a música de concerto, uma ótima oportunidade é conferir a apresentação da Orquestra de Câmara Eleazar de Carvalho (Orcec). Dezembro é um mês especial para a Orcec, já que no dia 22 deste mês completa 15 anos de atuação. Há dez anos, a Orcec foi condecorada com o reconhecimento de Projeto de Utilidade Pública, recebendo apoio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura.

Referência na música erudita do Estado, a Orcec nasceu a partir de um projeto da Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará. No repertório da Orcec estão obras do período barroco, clássico e romântico. A orquestra é composta por 27 músicos de



cordas (violinos, violas, violoncelos e contrabaixos).

Nesta apresentação no Teatro Dragão do Mar, a Orcec terá a participação especial do violinista inglês Hugo Ticcianti.

#### Serviço:

**Concerto da Orquestra de Câmara Eleazar de Carvalho**

Data: 08/12/2011

Local: Teatro Dragão do Mar

Horário: 20h

Acesso Livre

## CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

### Remuneração de trabalhadores em operações de crédito terá de ser fixada em contrato

Os bancos terão que definir em contrato a remuneração dos correspondentes das instituições financeiras nas operações de crédito. Essa regra, que passa a valer no dia 2 de janeiro de 2012, foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e divulgada na quarta-feira, 30/11. Os correspondentes fazem operações como saques, pagamentos e encaminhamento de propostas de crédito aos bancos.

Segundo o chefe do Departamento de Normas do Banco Central (BC), Sérgio Odilon dos Anjos, com a alta concorrência entre os correspondentes, muitas vezes o crédito é concedido “mais pela comissão”, sem ser levada em consideração a viabilidade da operação e a capacidade de pagamento do tomador. “A medida melhora a qualidade de originação do crédito [análise da capacidade do cliente para tomar

o crédito] e contribui para evitar o superendividamento da sociedade”, disse.

Odilon acrescentou que a resolução não determina os valores das comissões, mas estabelece que os bancos criem uma sistemática de monitoramento e controle da viabilidade econômica dos contratos. Ele acrescentou que o BC tem mecanismos para fiscalizar se a regra será cumprida pelas instituições.

O chefe do Departamento de Normas do Banco Central disse ainda que em alguns locais do País a instituição identificou aumento das comissões pagas aos correspondentes nas operações de crédito. Segundo Odilon, cerca de 90% das operações de crédito consignado do sistema financeiro, com exceção da Caixa Econômica Federal, são feitos via correspondentes bancários.

## STJ

### Itaú desiste de 1,3 mil ações que tramitavam na 2ª Seção

O Itaú Unibanco desistiu de 1.370 processos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) – 51% dos recursos em que é autor na Corte. A medida faz parte de uma nova política do banco de recorrer somente em casos judiciais considerados “relevantes”, abandonando causas em que a jurisprudência do STJ já esteja pacificada, de forma contrária à instituição.

Em março, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou uma lista mostrando que os bancos respondem por 38% das causas envolvendo os cem maiores litigantes do País. A Caixa Econômica Federal (que liderou o ranking) detém, ao lado dos grupos Itaú e Bradesco, mais da metade dos

processos dos bancos. Em junho, a Caixa desistiu de 95% dos casos em que era recorrente no Supremo Tribunal Federal (STF), reduzindo-os de 512 para 28.

No STJ, o Itaú Unibanco também solicitou a remessa de outros 1.520 casos aos tribunais de segunda instância – pois eles tratam de planos econômicos, que ainda serão analisados pelo STF.

Em janeiro, o banco tinha 8.290 recursos no STJ, 5,7 mil deles na 2ª Seção. O número de casos nesse colegiado agora passou para 2.810 (o banco é recorrente em 1.310). A ideia agora é fazer uma triagem na 1ª Seção. O banco não quantificou o impacto financeiro da iniciativa.



# Sindicato paralisa unidade do BB por irregularidades na mesa de crédito

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou dia 1º/12, uma paralisação em frente ao prédio da Superintendência do Banco do Brasil para protestar contra irregularidades no trabalho dos funcionários convocados para a mesa de crédito. A manifestação arrancou uma negociação com a Superintendência e garantiu o atendimento de reivindicações dos trabalhadores.

No último dia 12/11, o Sindicato constatou irregularidades na mesa de crédito no prédio da Superintendência do BB. Os diretores Bosco Mota e José Eduardo, além do presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo Bezerra, presenciaram o flagrante desrespeito das normas de trabalho. Na ocasião, os diretores observaram o descumprimento de normas internas e de itens da norma regulamentadora (NR-17). Além disso, os funcionários estavam trabalhando sem ar condicionado e o calor era insuportável. "É um absurdo. Além de trabalhar de forma irregular, os funcionários ainda têm de fazer uso de aparelhos de ventilador espalhando poeira para todos os lados", comentou Bosco Mota.

O Sindicato dos Bancários realizou reunião com os funcionários no mesmo dia e recebeu várias denúncias. Entretanto, a mesa de crédito continuou a funcionar de forma irregular.



Foto: Drawlio Joca

A direção do SEEB/CE encontrou no funcionamento da mesa de crédito riscos de saúde para os trabalhadores, além de riscos legais e laborais: não há cumprimento da NR-17 que versa sobre call-center; não são fornecidos equipamentos essenciais ao atendimento telefônico (head-set) nem há SESMT nem CIPA informada para acompanhar o que seria necessário para o funcionamento legal; descumprimento da Súmula 113/TST com Art. 224/CLT; descumprimento do decreto 27048/49, regulamentando a lei 605/49; ranqueamento (proibido pela CCT 2011/2012), além de ligações não gravadas.

**Reunião** – A pressão do Sindicato na porta da Superintendência surtiu efeito e o presidente Carlos Eduardo, acompanhado dos diretores Gustavo Tabatinga e José Eduardo, participou de uma reunião com o Banco, durante o protesto, que garantiu aos trabalhadores o atendimento da maioria das reivindicações.

"O Sindicato agiu prontamente frente às denúncias. O banco chamou para a negociação e assumiu o compromisso de comunicação prévia ao SEEB/CE, além de fornecer todos os equipamentos necessários ao trabalho de call-center", afirmou. Ele ressaltou ainda a valorização do diálogo na resolução das pendências do funcionalismo.

O Sindicato ressalta que, em casos de abusos e irregularidades de qualquer espécie, os funcionários devem procurar os diretores:

**José Eduardo** (85) 9155 8330  
**Bosco Mota** (85) 9155 4822  
**Gustavo Tabatinga** (85) 9153 1235  
**Carlos Eduardo** (85) 9155 4439  
**Plauto Macedo** (85) 9155 5945

## Contraf-CUT cobra fim da política de rotatividade e das demissões

A Contraf-CUT se reuniu na segunda-feira (28/11), com o vice-presidente e diretor de Recursos Humanos do Itaú Unibanco, Zeca Rudge, em São Paulo, e defendeu o fim da política de rotatividade e do processo de demissões.

A reunião foi agendada na última sexta-feira (25/11), um dia após o envio de uma carta do presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, cobrando negociações. Foi também o final da jornada internacional de lutas no Itaú por emprego decente e acordo marco global, promovida pela UNI Américas Finanças e Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) em todos os países onde o banco está presente.

"As demissões têm atingido funcionários do banco em todo o País, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, o que é injustificável diante do lucro recorde de R\$ 10,9 bilhões até setembro deste ano", destacou.

O diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e representante da Fetrati/NE na COE Itaú, Ribamar Pacheco também condena a política de rotatividade dentro do Itaú Unibanco. "Essa postura, que reduz os custos do banco para aumentar ainda mais os lucros, é nociva para o desenvolvimento econômico e social do País, pois só quem ganha com isso são os banqueiros e perdem os trabalhadores e a sociedade. Queremos deixar claro que não há justificativa para essas dispensas. O banco tem o maior lucro de todo o sistema financeiro graças ao esforço dos trabalhadores que merecem ter seus empregos e direitos resguardados", apontou.

O Itaú cortou 2.496 empregos nos primeiros nove meses de 2011. Conforme dados do Dieese, o banco contava em dezembro de 2010 com 102.316 trabalhadores. O número caiu para 99.820 em setembro deste ano.

Os dirigentes sindicais cobraram explicações do banco sobre as denúncias de que há áreas na empresa com autonomia para demitir 10% do total de empregados. E ainda denúncias de que está em curso um processo de terceirização.

Os representantes do Itaú questionaram os números de fechamento de postos de trabalho, extraídos dos balanços publicados pelo banco, mas se comprometeram a verificar as denúncias apresentadas e levantar o perfil dos demitidos. Além disso, eles ficaram de agendar uma nova negociação ainda esta semana.



## Proposta de distribuir parte do lucro do fundo aos trabalhadores divide governo

A proposta de distribuir o lucro obtido pelo FGTS para os trabalhadores criou um "racha" no governo. O Ministério da Fazenda é contrário à medida porque conta com os valores para subsidiar a fundo perdido a construção de moradias distribuídas pelas prefeituras e governos estaduais à população de baixa renda.

Diante da necessidade de segurar os gastos com recursos do Orçamento da União, a fim de gerar maior economia ao longo do ano, o FGTS vem assumindo o papel que caberia ao governo federal no programa de construção de casas populares, cuja principal vitrine é o Minha Casa, Minha Vida, prioridade da gestão Dilma Rousseff.

Por decisão do governo, a parcela do FGTS no total de subsídios concedidos pelo programa subiu neste ano a 82,5%, enquanto a do Tesouro Nacional caiu a 17,5%. Em 2011, a previsão é que os subsídios do programa somem cerca de R\$ 6,6 bilhões, dos quais R\$ 5,5 bilhões virão do fundo dos trabalhadores. Antes da criação do programa, em 2009, o valor do FGTS destinado a esses subsídios ficava entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões.

O dinheiro usado para subsidiar a fundo perdido as moradias sai do patrimônio do fundo, que tem crescido por causa dos lucros obtidos pelo FGTS. Se esse dinheiro for distribuído aos trabalhadores, não poderá mais ser usado com essa finalidade. O FGTS tem que remun-

nerar os trabalhadores e os recursos têm que ser aplicados em operações que gerem retorno. O lucro é a parte que resta após o fundo honrar suas obrigações e serve para aumentar o patrimônio, que fechou 2010 em R\$ 35,8 bilhões.

O assunto foi discutido em seminário fechado com representantes das instituições envolvidas com o fundo (Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho e Conselho Curador do fundo, além de trabalhadores). "O FGTS está dando muito lucro em parte porque remunera pouco as contas. Distribuir esse lucro é uma forma de compensar os trabalhadores por essa baixa remuneração", diz Jacy Afonso de Melo. Ele encerrou nesta semana seu mandato como representante da CUT no Conselho Curador do FGTS.

**Baixa Renda** – Jacy Afonso de Melo defende que, ao fazer a distribuição, o governo pode tirar uma parte dos recursos para garantir os subsídios à construção de moradias para a população de baixa renda, mas essa parcela deve diminuir. "O governo tem que aportar recursos no Minha Casa e não deixar só o FGTS". Na mesma linha de pensamento, Alexandre Ferraz, economista do Dieese e assessor técnico na CUT para o FGTS, diz que "é preciso encontrar um fórmula para rentabilizar mais os trabalhadores, e não apenas usar o dinheiro para fins públicos".

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

### Assembleia Legislativa discute situação de concursados da Caixa

A Assembleia Legislativa do Ceará (AL/CE) realiza no próximo dia 15/12, às 14h30, uma audiência pública com o objetivo de discutir o problema da demora e da baixa convocação dos aprovados em concurso da Caixa Econômica Federal. A audiência atende a requerimento do deputado estadual Heitor Férrer (PDT).

**Convocação Já** – Os aprovados cearenses no último concurso da Caixa Econômica Federal, realizado em junho de 2010, exigem uma explicação do banco para a não convocação dos aprovados no Estado.

O grupo exige saber da Caixa, o porquê da gritante defasagem em relação às convocações com outras capitais nordestinas de mesmo porte como João Pessoa, Recife e Salvador. E até mesmo com cidades bem menores como Caruaru, no interior de Pernambuco.

O grupo afirma também, que com o passar dos meses, essa diferença vem aumentando consideravelmente e não encontra justificativa para essa disparidade.

Através dessa audiência pública o grupo espera obter respostas plausíveis da Caixa, visto que já existe autorização do MPOG

para contratação de 5000 novos concursados.

Dessa forma a Comissão dos Aprovados convida os demais aprovados nesse concurso a participarem desse ato público que diz respeito não só aos aprovados, mas também a toda sociedade cearense que carece de um serviço bancário de mais qualidade.

O contato com o grupo pode ser feito através da comunidade no Orkut – Concurso Caixa 2010 – Ceará, através do email: comissaoaprovadoscef2010@groups.live.com, ou ainda pelo telefone (85) 8806 0177 (Aurélio).

**Números** – Segundo o Administrativo da CEF, o cargo Técnico Bancário atualizado no dia 12/09/2011 registra a seguinte quantidade de convocados: Fortaleza (CE): 78 convocados; Aracati (CE): 49; Juazeiro do Norte (CE): 30; Recife (PE): 186; Salvador (BA): 333; Itabuna (BA): 83; Caruaru (PE): 134. Para manter a proporção justa na chamada, seria preciso já terem sido convocados cerca de 200 aprovados em Fortaleza. É importante ressaltar que o concurso vence em junho/2012 e a CEF fala em fazer um novo concurso sem convocar todos os aprovados do concurso vigente.

**Contratações** – A edição do dia 24/10 do "Diário Oficial da União" divulgou a portaria do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), órgão vinculado ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, na qual a Caixa Econômica Federal fica autorizada a alterar o limite máximo de seu quadro de pessoal próprio para 99.024 empregados. A portaria também autoriza a Caixa a gerenciar o seu quadro próprio de pessoal, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

O Dest esclarece ainda, em sua portaria, que, para fins de controle do limite de quantitativo de pessoal próprio da Caixa, ficam contabilizados, além dos empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os bancários que estão cedidos a outros órgãos, os empregados requisitados de outros órgãos e aqueles que estão afastados por doença, por acidente de trabalho e por qualquer outra razão.



# 1º Fórum “A invisibilidade Negra” assume compromisso de combate ao racismo

Foto: SEEB/CE

O 1º Fórum Nacional: A Invisibilidade Negra no Sistema Financeiro terminou na terça-feira (29/11), em Salvador, com a aprovação de uma carta compromisso reunindo objetivos e ações a serem implementadas pelas entidades sindicais no combate à discriminação de negros e negras nos bancos.

A mesa final do evento foi presidida por Deise Recoaro, secretária de Políticas Sociais da Contraf-CUT, e contou com a participação de Júlia Nogueira, secretária de Combate ao Racismo da CUT, e Valmira Luiza, secretária de Combate ao Racismo da CTB. Também estiveram presentes o secretário-geral e o secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, Marcel Barros e Miguel Pereira, respectivamente. Representando o Sindicato dos Bancários do Ceará compareceram os diretores Eugênio Silva, Carmem Grego, Carmen Araújo, Moacir Melo, Humberto Silva e Mateus Neto.

“Essa carta não pretende trazer constrangimentos às entidades sindicais, ao contrário. É uma forma de estímulo à reflexão sobre o tema para as entidades que não tiveram a oportunidade de presenciar as discussões do Fórum, que foram bastante ricas. Esperamos intensificar as ações em todas as entidades na luta contra o racismo”, afirma Deise.

A secretária de Combate ao Racismo da CUT elogiou o evento. “Quando reunimos trabalhadores de um setor para debater a discriminação de forma responsável, com números e pesquisas, isso dá subsídios para formular políticas sobre o tema. Chega de ficar falando sem ter ações concretas”, defende Júlia Nogueira.

O evento foi integralmente transmitido ao vivo pelo site da Contraf-CUT, graças à parceria com o Sindicato dos Bancários de Brasília.

“O Fórum é o primeiro evento, em nível nacional, que discutiu a discriminação aos afrodescendentes e, com certeza, será um marco na criação de políticas de combate à discriminação nos bancos e financeiras”, avalia o diretor do SEEB/CE, Eugênio Silva.



Veja abaixo a íntegra da carta compromisso:

## CARTA COMPROMISSO

### 1º Fórum Nacional: A Invisibilidade Negra no Sistema Financeiro

A categoria bancária tem um compromisso de longa data no combate às discriminações de qualquer espécie por entender que esta prática não é benéfica para a classe trabalhadora independentemente do sexo, da cor da pele, da orientação sexual, de ter ou não uma deficiência e independentemente da idade. Está provado ao longo da história que as discriminações favorecem apenas aqueles que detêm o capital, aqueles que concentram as riquezas, aqueles que querem segregar os trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando também o acúmulo e patamar que alcançamos com a temática de combate ao racismo na categoria, entendemos que este processo não tem mais volta, ou seja, que os bancos, denunciados pelo movimento sindical e pressionados pelos movimentos sociais, terão que abrir suas portas para uma parcela importante da população eles querendo ou não.

Acreditamos que para que a classe trabalhadora possa viver uma democracia plena é necessário que todos e todas possam exercer cidadania e que entre nós não haja trabalhadores de segunda ou terceira classe. Para que os sindicatos sejam verdadeiramente representativos dos anseios de classe, devemos intensificar as ações em curso neste País através das ações afirmativas. Orientamos e assumimos publicamente o compromisso com as seguintes ações e orientações:

- Promover formação sindical sobre a questão racial;
- Realizar atos e manifestações com material específico sobre a temática em datas comemorativas;
- Criar coletivos temáticos nas entidades e assim fortalecer a Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual (CGROS) através das representações;
- Ampliar parcerias com os movimentos sociais;
- Fazer a verificação da inserção da população negra nos locais de trabalho, tanto na admissão como na carreira, através de pesquisa ou outras formas de verificação;
- Dar também visibilidade aos dirigentes afrodescendentes nos materiais sindicais, a fim de criar uma identificação com os bancários na base;
- Pautar na mesa temática de igualdade de oportunidades as ações afirmativas que visem ampliar a contratação de negros, negras e indígenas;
- Propor audiências públicas junto aos parlamentares sobre a temática e as situações que perpassam a questão da discriminação;
- Fazer uma articulação com a agenda das centrais;
- Promover qualificação profissional nos termos das certificações focada na população negra;
- Participar ativamente das ações governamentais através dos protocolos de intenções com a SEPPIR, SPM e MEC;
- Garantir a transversalidade de gênero, raça, orientação sexual e pessoa com deficiência na elaboração da minuta e na mesa de negociação;
- Desenvolver campanhas pela efetivação das Convenções 100 e 111 da OIT;
- Manifestamos nossa posição contrária à fusão da SEPPIR, SPM e Secretaria Nacional da Juventude em um único Ministério porque isso retira o protagonismo e a visibilidade para as mulheres, os negros e os jovens;
- Defendemos a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial para dar sequência ao processo virtuoso de promoção de igualdade de oportunidades iniciado nos últimos anos.

Salvador (Bahia), 29 de novembro de 2011.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

### Senador quer mobilização pelo fim do fator previdenciário e desaposentadoria

A extinção do fator previdenciário e a instituição da desaposentadoria receberam a concordância dos participantes da audiência pública que discutiu o assunto, na terça-feira (29/11), na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social no Senado, em Brasília. Para o senador Paulo Paim (PT/RS), que requereu a realização do debate, agora é necessária a mobilização da sociedade e de parlamentares para que essas medidas sejam aprovadas no Congresso Nacional.

O projeto de lei que extingue o fator previdenciário (PLS 296/2003), do próprio Paim, está pronto para ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados, onde tramita como PL 3.299/2008. Já o que propõe a desaposentadoria (PLS 3.484/08), do deputado Cleber Verde (PRB/MA), foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social da Câmara em outubro e agora está na Comissão de Finanças e Tributação daquela Casa.

Cleber Verde, que participou da audiência, explicou que a “desaposentadoria”, similar à reversão no serviço público, assegura ao aposentado que voltar à atividade o direito de renunciar ao benefício previdenciário, contando o tempo de contribuição anterior para recalcular o valor de sua aposentadoria mais tarde.

e 30 para mulheres), independentemente de terem preenchido todos os requisitos para se aposentar.

Pela fórmula 85/95, o trabalhador precisa somar o tempo de contribuição à sua idade e, se o resultado dessa soma for 95 (no caso de homens) e 85 (no caso de mulheres), a aposentadoria será integral. A nova regra reduz o tempo necessário para se aposentar com 100% do benefício e, como consequência, aumenta o valor das novas aposentadorias.

**Índice perverso** – Na avaliação do secretário de políticas do Ministério da Previdência Social, Leonardo José Rolim Guimarães, o fator previdenciário é “um índice perverso”, que, reduz o salário dos aposentados, em média, em 30%. A diminuição, no entanto, pode chegar a 50%. Ele explicou que o fator previdenciário foi criado para estimular o trabalhador em condições de se aposentar a permanecer em atividade. No entanto, esse dispositivo não funcionou, pois o trabalhador passou a requerer a aposentadoria, mesmo com a incidência do índice, e continuou a trabalhar para complementar a renda. Então, mais tarde, quando o trabalhador perde a capacidade laboral, tem de viver apenas com a aposentadoria reduzida.

**Fator 85/95** – O secretário geral da CUT, Quintino Severo, concordou que o fator é perverso e precisa ser extinto, mas ressaltou que a fórmula é especialmente cruel para os trabalhadores mais pobres, que entram mais cedo no mercado de trabalho para ajudar a complementar a renda da família. E são esses trabalhadores que serão mais afetados também caso o governo troque o fator pela idade mínima.

“A CUT entende que é preciso extinguir o fator previdenciário, que é mais perverso ainda para os mais pobres que são obrigados a começar a trabalhar mais cedo. Porém, a alternativa ao fator não pode ser a idade mínima porque, mais uma vez, o prejuízo maior será dos trabalhadores mais pobres”.

O dirigente da CUT lembrou que a Central defende a aprovação do chamado Fator 85/95, fórmula matemática que diminui o tempo necessário para que as pessoas se aposentem e garante mais poder de compra para as aposentadorias.

Entre outras mudanças, o Fator 85/95 prevê o congelamento da tabela de expectativa de vida para todos aqueles que atingirem o tempo mínimo de contribuição (35 para homens

**Desigualdades regionais** – O presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Álvaro Sólón de França, destacou que a Previdência Social é fundamental para reduzir as desigualdades regionais e movimentar a economia, especialmente a de pequenos municípios. Se não fosse o suporte previdenciário, informou, 24 milhões de brasileiros estariam vivendo abaixo da linha de pobreza.

**Mobilização** – Paim encerrou a audiência dizendo que, sem mobilização, o fator previdenciário “ficará por aí mais uns cem anos e daqui a pouco todos os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social estarão ganhando um salário mínimo”.

Os participantes do debate concluíram que é preciso criar um instrumento no sentido de recuperar e manter o poder de compra das aposentadorias, criando uma política de valorização das aposentadorias.

O senador concluiu a audiência propondo a construção de uma proposta alternativa ao fator, a instituição da desaposentadoria e uma política de valorização das aposentadorias.

## CAFÉ E ALMOÇO GRÁTIS

### Alimente-se de notícias



7h30 – Programa Rádio Bancários na FM 107,9 (Universitária FM)

12h – Programa Vida e Trabalho na TV Metrôpole – canal 26





## Insegurança

# Morte em saidinha bancária e ataques a bancos em Fortaleza e no Interior

Em menos de 48 horas, assaltantes mataram um policial militar em Fortaleza e atacaram três agências bancárias no interior do Ceará e um posto na Capital.

O policial militar Marcos Aurélio Araújo Braga, 36 anos, foi morto a tiros em uma "saidinha bancária" na manhã da última quarta-feira, 30/11, na avenida Pontes Vieira, em Fortaleza. De acordo com informações do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), um cliente foi abordado por assaltantes e o policial, que estava de folga, reagiu à ação. Um dos assaltantes atirou contra o policial, que morreu no local.

Já durante a madrugada do dia 1º/12, uma quadrilha invadiu a Secretaria Executiva Regional VI (SER VI) e arrombou um caixa eletrônico do Banco do Brasil, no bairro Messejana, em Fortaleza. A ação do bando ocorreu por volta de 2h e dois guardas municipais foram feitos de reféns, segundo o Comando de Policiamento da Capital. O bando, de aproximadamente seis homens, conseguiu levar todo o dinheiro que estava no caixa. O grupo usou um maçarico para abrir o caixa eletrônico. Ninguém saiu ferido.

**Interior** – Duas ações contra agências bancárias foram registradas também na quarta-feira (30/11), no interior do Ceará. Às 2h30, uma quadrilha estourou um caixa eletrônico de uma agência do Bradesco em Choró, região Centro do Estado, mas foram surpreendidos pela Polícia.

A ação do bando teve início por volta das 2h30. Cerca de quatro homens armados invadiram a cidade e usaram explosivos para arrombar a agência, segundo o CPI. Ao ouvirem as explosões, policiais do Destacamento Policial Militar foram até o local e conseguiram impedir a ação da quadrilha. Houve troca de tiros, mas ninguém saiu ferido, segundo informações da Polícia.

Menos de 6 horas depois, às 8 horas, um bando fortemente armado invadiu uma agência do Banco do Brasil, em Palhano (152 km de Fortaleza), na região do Jaguaribe, explodiu um caixa eletrônico e fugiu levando dois reféns – o gerente da agência e um cabo da Polícia Militar,

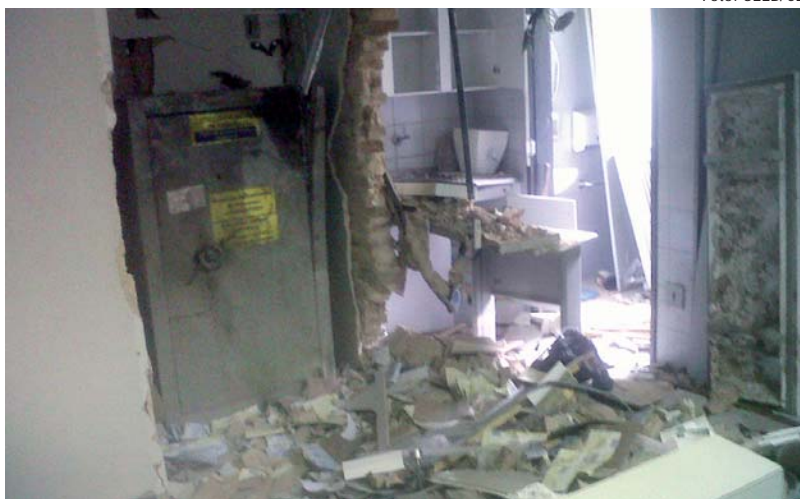


Foto: SEEB/CE



liberados logo depois. Em ambos os casos, os bandidos não conseguiram efetuar o roubo.

Os diretores do Sindicato Carlos Henrique Colares, Pedro Moreira e Aílson Duarte estiveram em Palhano (fotos acima) e constataram uma situação de total abandono da segurança pública. "Houve troca de tiros com a Polícia colocando a vida dos bancários e dos moradores em perigo, e ainda foi usado armamento de grosso calibre para intimidar os policiais da cidade. E o pior é que essa onda de assaltos tende a aumentar, com o fluxo de dinheiro do 13º salário e a grande movimentação do comércio", avalia o diretor Carlos Henrique Colares. Ele ressaltou que o SEEB/CE dará total apoio aos bancários vítimas dos assaltos.

Já no dia 1º/12, assaltantes explodiram um caixa eletrônico do Bradesco próximo ao Porto

do Pecém, município de São Gonçalo do Amarante, segundo informações da Polícia. A ação dos assaltantes ocorreu por volta de 3h, mas só no início da manhã a Polícia tomou conhecimento do fato. Ainda não há informações sobre a quantia roubada.

O Sindicato dos Bancários do Ceará cobra do Estado mais responsabilidade, com ações efetivas para prevenir esse tipo de crime, que vem aterrorizando cada dia mais os bancários cearenses. "É preciso um novo plano de segurança com estratégias concretas para coibir ações como essas que se repetiram na última semana. Cobramos também mais investimentos dos bancos em segurança, pois lucros eles têm para investir pelo menos um pouco mais na proteção da vida humana", concluiu o diretor Pedro Moreira.

## REINTEGRAÇÃO

## Departamento Jurídico do SEEB/CE obtém vitória no TST

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários do Ceará conseguiu mais uma vitória na Justiça. A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou recurso de revista de uma bancária e o colegiado restabeleceu sentença da 4ª Vara do Trabalho de Fortaleza (CE), que anulou a dispensa de uma empregada do Banco do Estado do Ceará (BEC) pelo Banco Bradesco e determinou a reintegração.

Em 1980, a bancária havia sido admitida pelo regime da CLT pelo BEC – sociedade de economia mista vinculada à administração indireta do Estado. No período de contrato, em 1991, foi editado o Decreto Estadual nº 21.325/1991, que estabeleceu a necessidade de motivação dos atos administrativos de provimento, dispensa, exoneração e disponibilidade de pessoal no âmbito da administração pública direta e indireta.

Em 2005, o BEC foi comprado pelo Bradesco. Em 2007, a empregada foi dispensada sem motivação e requereu na justiça a reintegração ao emprego. O Bradesco alegou que o Decreto Estadual nº 24.004/1996 tinha revogado a norma anterior. Sustentou também que, com a sucessão ocorrida, eventuais regras válidas para o Banco do Ceará não eram mais aplicáveis ao Bradesco, uma empresa privada.

**O julgamento da 3ª Turma** – No entender da relatora, a ministra Rosa Maria Weber, as sociedades de economia mista, de fato, estão

sujeitas ao regime próprio das empresas privadas quanto aos direitos e obrigações trabalhistas. No entanto, ao se referir ao Decreto 24.004/1996, a ministra sustentou que o decreto que alterou a vantagem concedida anteriormente só produz efeitos em relação aos empregados admitidos a partir da sua edição, ou seja, a partir de 1996. Isso significa, explicou a ministra Rosa, que o dever de motivar o ato de dispensa – condição mais benéfica para a empregada – está incorporado ao contrato de trabalho e prevalece mesmo na hipótese de sucessão por uma empresa privada.

Feitas as considerações, a relatora deu provimento ao recurso da bancária para restabelecer a sentença que havia declarado nula a rescisão contratual e determinado a reintegração da funcionária. Esse entendimento foi acompanhado pelo presidente da Turma, ministro Horácio Senna Pires. Ficou vencido o ministro Alberto Luiz Bresciani, que considerou válida a demissão.

**Para entender** – O TST tem oito Turmas julgadoras, cada uma composta por três ministros, com a atribuição de analisar recursos de revista, agravos, agravos de instrumento, agravos regimentais e recursos ordinários em ação cautelar. Das decisões das Turmas, as partes ainda podem, em caso de divergência jurisprudencial, recorrer à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1).



## JUSTIÇA

## Terceirizado consegue vínculo de emprego com o banco BMG

O Banco BMG S. A. foi condenado a reconhecer como empregado efetivo um trabalhador terceirizado que lhe prestava serviços por meio da empresa Prestaserv – Prestadora de Serviços Ltda. A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu do recurso do banco e, assim, ficou mantida a condenação imposta pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), que deferiu o enquadramento de bancário ao empregado.

O trabalhador exercia, sob subordinação direta do BMG, as mesmas funções desempenhadas por outros empregados do banco, informou o Tribunal Regional. Avaliando que essas funções se inseriam na atividade-fim do banco, o TRT decretou a ilegalidade da terceirização e reconheceu o vínculo empregatício pretendido pelo empregado, com fundamento no artigo 9º da CLT e na Súmula 331 do TST. O Regional entendeu que a contratação, entabulada com o fim de reduzir custos, prejudicava direitos do trabalhador.

Ao examinar o recurso do BMG

na Sexta Turma do TST, o relator, ministro Maurício Godinho Delgado, explicou que aquele caso não se amoldava aos quatro tipos de terceirização permitidos pela Súmula 331, que dizem respeito a contrato de trabalho temporário e – desde que não exista pessoalidade e subordinação direta entre o empregado terceirizado e a tomadora do serviço – atividades de vigilância (Lei 7.102/83), de conservação e limpeza e serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador do serviço.

O relator esclareceu que, uma vez constatada a ilicitude do contrato de fornecimento de mão de obra entre a Prestaserv e o BMG, a ordem jurídica determina o desfazimento do vínculo de emprego com o empregador aparente (entidade terceirizante), formando-se o vínculo diretamente com o tomador do serviço (empregador oculto ou dissimulado). Assim, o empregado tem direito às verbas trabalhistas relativas ao cargo de bancário que não lhe foram pagas em razão do "artifício terceirizante". A decisão foi por unanimidade.

## MEDIDA PROVISÓRIA

## Governo promete agilidade na questão da PLR sem imposto de renda

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, comprometeu-se a agilizar o estudo do governo federal sobre a proposta para isenção, total ou parcial, do imposto de renda sobre a participação nos lucros e resultados recebida pelos trabalhadores. O projeto foi entregue ao ministro na quinta, 1º/12, em Brasília, por representantes dos bancários, metalúrgicos, químicos e petroleiros. Mais cedo eles se reuniram com o presidente da Câmara e presidente da República em exercício, Marco Maia (PT/RS).

O projeto dos trabalhadores prevê a isenção total do imposto para PLRs de até R\$ 8 mil anuais e alíquotas sucessivamente maiores para as de maior valor: 7,5% para as PLRs de até R\$ 12 mil; de 15% para as maiores de R\$ 12 mil até R\$ 16,2 mil; 22,5% até R\$ 20.250 e a partir desse valor, de 27,5%. Os dirigentes reivindicam que o governo edite uma medida provisória com

esse conteúdo, o que agilizará o processo e beneficiará os trabalhadores já em 2012.

Os sindicalistas defenderam que a medida resultaria em mais dinheiro no bolso dos trabalhadores e, portanto, aqueceria a economia. Carvalho disse que o governo sabe da importância e do potencial dessas categorias para ajudar a economia a crescer, e se comprometeu, ainda, a entregar a proposta, já na segunda-feira, 5/12, à presidenta Dilma Rousseff. Carvalho disse que também entregaria o projeto ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ao secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Presente ao encontro, o coordenador-geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, afirmou que a proposta dos trabalhadores era louvável e ia ao encontro das medidas anticrise adotadas pelo governo, no sentido de aumentar o consumo e aquecer a economia. Ele disse que, assim como pontos importantes como

a correção da tabela e a alteração das faixas do IR, a proposta dos trabalhadores poderia ajudar a incentivar o consumo. Mombelli também prometeu agilidade e disse que encaminharia o projeto para ser analisado pela Receita.

**Câmara** – Antes da reunião com Gilberto Carvalho, os dirigentes entregaram abaixo assinado pela PLR sem IR ao deputado Marco Maia (PT/RS), presidente da Câmara. O documento conta com aproximadamente 220 mil adesões, das quais cerca de 117 mil são de bancários.

Como na data Marco Maia ocupa interinamente a Presidência da República – devido a viagens de Dilma Rousseff e do vice, Michel Temer –, os trabalhadores também entregaram a ele a proposta para a MP. Os sindicalistas reivindicaram ainda agilidade na aprovação dos projetos dos deputados Berzoini e Vicentinho (ambos PT/SP) sobre o tema, que tramitam na Câmara.



# Contraf-CUT e Sindicato retomam negociação sobre PCR, Isonomia, CAPEF e CAMED



O Sindicato dos Bancários do Ceará, entidade que coordena a Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT), agendou com o Banco do Nordeste do Brasil para o próximo dia 9/12, às 14h, em Fortaleza, a retomada da negociação da pauta específica dos funcionários 2011/2012.

A reunião vai priorizar a discussão de temas como a implantação do novo Plano de Cargos e Remuneração (PCR), a Isonomia para funcionários admitidos a partir do ano 2000 e a solução para os problemas da CAPEF e CAMED que tanto afligem os associados.

Com relação ao PCR, o SEEB/CE e a CNFBNB/Contraf-CUT vão cobrar da direção do Banco maior celeridade na implantação da proposta aprovada por Comissão Paritária, que prevê a ampliação dos atuais 18 para 27 níveis de

promoção, interstício de 3% e promoções anuais por mérito e a cada dois anos por tempo de serviço, além de promoção automática para todos os integrantes do Plano.

Sobre a Isonomia, a principal reivindicação refere-se à imediata implantação dos benefícios da Licença-prêmio e Anuênio para os novos funcionários, concessão do Auxílio-Material Abonados na CIN Pessoal. O SEEB/CE estuda, junto ao seu Departamento Jurídico, a possibilidade de ingressar com ação na justiça reivindicando tratamento isonômico para os funcionários do Banco na sua base de atuação.

A questão da CAPEF é complexa e na última reunião de negociação com o Banco ficou acertado a implantação de uma mesa temática sobre previdência, para propor soluções não apenas

relacionadas com o Fundo de Pensão, mas de forma a abranger toda a questão previdenciária. Nesse aspecto, vale ressaltar a necessidade de se apresentar solução para a revisão dos benefícios do Plano BD, de modo a possibilitar a aposentadoria pela CAPEF de centenas de colegas já aposentados pelo INSS.

Quanto à CAMED, o Sindicato denuncia a falta de compromisso do Banco em intervir para implementar soluções apresentadas por GT-técnico, composto paritariamente. Esse Grupo de Trabalho encerrou suas atividades há mais de seis meses e até hoje somente medidas paliativas foram adotadas pela direção da CAMED. As soluções determinantes apresentadas no estudo para resolver o desequilíbrio da Caixa de Assistência estão sendo ignoradas pelos gestores da CAMED que são indicados pelo Banco.

## PESQUISA CEPAL

### Índice de Pobreza na América Latina cai 17%

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) realizou uma pesquisa que demonstrou que a taxa de pobreza na América Latina caiu 17 pontos percentuais nos últimos dez anos. A redução também foi verificada no índice de indigência, que saiu de 22,6% para 12,4%.

Os dados fazem parte do documento O Panorama Social da América Latina 2011. A expectativa da Cepal é que o índice de pobreza caia mais ainda em 2011, em torno de 30,4%. A taxa representa 101 milhões de pessoas nestas condições.

Segundo o documento, a redução da pobreza é atribuída ao aumento de renda e do trabalho. “Embora a queda da pobreza seja devida principalmente ao crescimento da renda média dos domicílios, a redução da desigualdade também tem incidido de maneira significativa. Apesar da leve redução da desigualdade, isso contribui para configurar

um cenário favorável, sobretudo em um contexto de ausência prolongada de melhoras distributivas generalizadas”, diz o estudo.

Em contrapartida, a alta nos preços dos alimentos neutralizou o aumento previsto nas rendas domiciliares e ocasionou leve aumento da taxa de indigência.

Cinco países registraram reduções significativas em suas taxas de pobreza: Peru (-3,5 pontos), Equador (-3 pontos), Argentina (-2,7 pontos), Uruguai (-2 pontos) e Colômbia (-1,4 pontos). Nessas condições, a variação das taxas de indigência também apresentou sinal negativo, com quedas entre 0,5 e 1,7 ponto percentual.

Honduras e o México foram os únicos países com incrementos significativos em seus índices de pobreza e de indigência, de 1,7 e 1 ponto percentual, respectivamente, no primeiro país e de 1,5 e 2,1 pontos percentuais no segundo.

## PED

### Taxa de desemprego cai para 10,1% em outubro, mostram Dieese e Seade

A taxa de desemprego em sete regiões metropolitanas (São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte e Distrito Federal) caiu de 10,6% da população economicamente ativa (PEA), em setembro, para 10,1%, em outubro. É o menor índice desde janeiro de 2009, quando a apuração passou a ser feita também na região metropolitana de Fortaleza.

Os dados são da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). O nível de ocupação nas sete regiões ficou praticamente estável em 0,3%, com a geração de 66 mil vagas, mas, no conjunto, diminuiu o número de pessoas em busca de emprego.

Houve uma redução na PEA de 56 mil pessoas. Com isso, o total de desempregados nas sete regiões teve uma redução de 122 mil, totalizando 2,240 milhões ante 2,362 milhões verificados na pesquisa anterior.

Fortaleza – As informações da

Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMF), em outubro de 2011, mostram elevação ocupacional e redução do número de desempregados, em comparação com o mês anterior. Segue crescendo o emprego com carteira assinada e, em setembro, houve ampliação do rendimento médio real. O comportamento da taxa de desemprego total apresentou redução, de 8,9%, em setembro, para 8,3% da População Economicamente Ativa (PEA), em outubro/11.

Ampliação do volume de ocupações (9 mil), pelo sexto mês consecutivo, elevou a estimativa de ocupados para 1.662 mil pessoas, a maior da série histórica da pesquisa, iniciada em dezembro de 2008. A geração de postos de trabalho ocorreu em praticamente todos os setores: Serviços (12 mil), Comércio (3 mil) e, em menor intensidade, Construção Civil (1 mil) e agregado Outros Setores (1 mil). A exceção foi a Indústria, que eliminou 8 mil postos de trabalho, interrompendo a trajetória de crescimento deste setor, iniciada em abril de 2011. Destaca-se que o setor de Serviços registrou o maior contingente de ocupados na série da pesquisa (766 mil).

## PEC dos Jornalistas

O Senado aprovou quarta, 30/11, por 65 votos a favor e 7 contrários, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Jornalistas que trata da exigência do diploma para a profissão. A maior parte dos senadores entendeu que a exigência do diploma não impede a liberdade de expressão, uma vez que as colunas de opinião não ficarão restritas a jornalistas. A PEC dos Jornalistas, como é conhecida a proposta, ainda precisará ser votada em segundo turno no Senado. Só então ela poderá seguir para a Câmara dos Deputados, onde também precisará ser votada em dois turnos com quórum qualificado.

## Mais 19 milionários por dia

O Brasil tem ganhado em média 19 milionários por dia desde 2007. Os principais responsáveis por esse resultado, segundo a “Forbes”, são o crescimento do consumo e a alta do PIB. Outro fator apontado são os altos salários pagos a executivos e bancários, que muitas vezes ultrapassam aqueles pagos nos Estados Unidos. Para o levantamento, foi considerada a riqueza individual dos brasileiros, que inclui valores depositados em conta corrente, investimentos, propriedades, poupança e outros ativos. O Brasil tem atualmente 137 mil milionários e 30 bilionários, sendo 70% da riqueza do País concentrada no Rio de Janeiro e São Paulo.



DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/> PORTADOR DO SÍNDICO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> FALCIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	<input type="checkbox"/> RECUSADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> OUTROS:



## Doação de Sangue e redes sociais

Desde o dia 23/11, o Ministério da Saúde tem disponibilizado na página do facebook do MS um aplicativo em que o internauta poderá se cadastrar como doador de sangue. O internauta deve informar o nome, o tipo sanguíneo e a região onde mora. O interessado não é obrigado a doar, logo que se cadastra. A intenção é que os hemocentros possam acionar os doadores cadastrados, conforme a necessidade de algum tipo de sangue em determinada região. Segundo o Ministério da Saúde, se cada brasileiro doasse duas vezes ao ano, não faltaria sangue para transfusões.

## IPI

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou quinta-feira, 1º/12, a decisão do governo de reduzir o IPI sobre os produtos da linha branca, como geladeiras, tanquinho, fogões e máquinas de lavar. O imposto reduzido vale até abril de 2012. Os produtos beneficiados são aqueles com selo “A” de qualidade energética, disse Mantega. Essa medida já havia sido tomada, em 2008, na primeira etapa da crise financeira e, posteriormente, foi revertida. Além disso, a alíquota do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) para pessoas físicas está sendo reduzida de 3% para 2,5% ao ano.

**“Vivemos hoje no mundo situação complicada, com várias economias ‘patinando’, ou seja, com baixas taxas de crescimento. Não deixaremos que a crise internacional contamine a economia brasileira, que se distingue das outras economias. Continuaremos com crescimento. Estamos nos preparando para um 2012 com crescimento de 5%”**

Guido Mantega, ministro da Fazenda